



Artigo

Acessibilidade e ensino para surdos em contexto da COVID-19 na Universidade Federal de São Carlos

Accessibility and teaching for the Deaf in the context of COVID-19 at the Federal University of São Carlos

Accesibilidad y enseñanza para sordos en el contexto de COVID-19 en la Universidad Federal de São Carlos

Ligiane de Castro Lopes¹, Soraia Romano², Lara Ferreira dos Santos³

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil

Resumo

O ano 2020 foi caracterizado pelo isolamento social decorrente da COVID-19, que motivou o uso de ferramentas digitais para desenvolver o ensino não presencial. Movimentos de luta para reconhecimento da Libras e a avanços quanto à acessibilidade nos processos vestibulares garantiram o ingresso de surdos na Universidade, entretanto ainda existem dificuldades para eliminar as barreiras de participação. Todas estas adversidades, não superadas no ensino presencial, foram acirradas durante a Pandemia, devido a qual o surdo deixou de interagir com seus pares e muitas vezes não dispôs de acessibilidade com a tradução e interpretação em Libras. Diante desse cenário, mostra-se necessário analisar sobre as possibilidades e escolhas adotadas para contemplar as especificidades para surdos, com o objetivo de analisar documentalmente as formas de acessibilidade oferecidas pela UFSCar no contexto de Pandemia. Trata-se de um estudo de natureza descritiva e caracteriza-se por uma pesquisa documental, tendo como estratégia o estudo de caso. Foram compilados registros em *sites*, relatórios, *lives* e dados de domínio público que evidenciaram a organização das decisões para ações de acessibilidade. Para a análise dos dados, foram criadas três categorias que indicaram vantagens e prejuízos para a inclusão do surdo. Diante deste estudo, concluiu-se que muitas ações foram planejadas e produzidas, entretanto ainda existem lacunas que precisam ser revistas para ofertar igualdade de oportunidades aos surdos na Universidade.

Abstract

The year 2020 was characterized by the social isolation resulting from COVID-19, which motivated the use of digital tools for the development of non-classroom teaching.

¹ Doutoranda em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos. Professora assistente da Universidade Federal do Ceará, no curso de Licenciatura em Letras Língua Brasileira de Sinais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2844-0177>. E-mail para contato: lilopes2001@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, Coordenadora Pedagógica do Centro de Educação para Surdos Rio Branco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5436-9490>. E-mail para contato: profa.soraiaromano@gmail.com.

³ Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professora Adjunta da UFSCar e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3196-9346>. E-mail para contato: lfsantos@ufscar.br.

Movements of struggle for the recognition of Libras and advances in accessibility in the vestibular processes provided the guarantee of admission of the deaf to the University, however there are still difficulties to eliminate the barriers of participation. All these adversities that were not overcome in face-to-face teaching intensified during the Pandemic, in which the deaf are not interacting with their peers and often did not have accessibility with the translation and interpretation in Libras. In view of that, it is necessary to analyze the possibilities and choices adopted to contemplate the specificities for the deaf, to document the forms of accessibility offered by UFSCar in the context of Pandemic. It is a study of a descriptive nature and is characterized by documentary research, having the case study as a strategy. The records were compiled into websites, reports, lives, and public domain data that showed the organization of decisions for accessibility actions. For the analysis of the data, three categories were created that indicated advantages and losses for the inclusion of deaf people. Given this study, it was concluded that many actions were planned and produced, however there are still gaps that need to be reviewed to offer equal opportunities to the deaf at the University.

Resumen

El año 2020 se caracterizó por el aislamiento social derivado de COVID-19, que motivó el uso de herramientas digitales para desarrollar la enseñanza no presencial. Movimientos de lucha para el reconocimiento de la Libras y los avances en cuanto a la accesibilidad en los procesos vestibulares garantizaron el ingreso de sordos en la Universidad, sin embargo todavía existen dificultades para eliminar las barreras de participación. Todas estas adversidades, no superadas en la enseñanza presencial, fueron acirradas durante la Pandemia, debido a que el sordo dejó de interactuar con sus pares y muchas veces no dispuso de accesibilidad con la traducción e interpretación en Libras. Frente a ese escenario, se muestra necesario analizar sobre las posibilidades y elecciones adoptadas para contemplar las especificidades para sordos, con el objetivo de analizar documentalmente las formas de accesibilidad ofrecidas por la UFSCar en el contexto de Pandemia. Se trata de un estudio de naturaleza descriptiva y se caracteriza por una investigación documental, teniendo como estrategia el estudio de caso. Se compilaron registros en sitios web, informes, Lives y datos de dominio público que evidenciaron la organización de las decisiones para acciones de accesibilidad. Para el análisis de los datos, se crearon tres categorías que indicaron ventajas y perjuicios para la inclusión del sordo. Ante este estudio, se concluyó que muchas acciones fueron planeadas y producidas, sin embargo aún existen brechas que necesitan ser revisadas para ofrecer igualdad de oportunidades a los sordos en la Universidad.

Palavras-chave: Surdo, Acesso à informação, Instituição de Ensino Superior, COVID-19.

Keywords: Deafness, Information/Communications Systems, Higher Education Institutions, COVID-19.

Palabras clave: Sordo, Acceso a la información, Institución de Educación Superior, COVID-19.

1. Introdução

Os movimentos pró-inclusivos do final do século XX e início do XXI foram direcionados para reivindicações do ingresso de pessoas surdas também no Ensino Superior. Após décadas de luta, o pleito logrou êxito por intermédio de leis, projetos políticos e demais instrumentos normativos governamentais

conquistados pelos estudos linguísticos, culturais, identitários e histórico-sociais dos surdos.

Um marco para a comunidade surda foi a aprovação da Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002), que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão para surdos no Brasil. Outra conquista legal foi o Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005), que evidenciou a necessidade de uso e da difusão da Libras e da língua portuguesa na modalidade escrita para o acesso das pessoas surdas à educação, indicando considerações sobre a inserção da Libras como componente curricular em diversos cursos superiores, bem como sobre o investimento do professor e instrutor de Libras. Todas estas ações são recomendações para assegurar os direitos em relação a implementação, a longo prazo, da educação bilíngue para o surdo.

É importante citar também alguns encaminhamentos no sentido de favorecer o acesso dos estudantes com deficiência ao ensino superior. O Aviso Circular do MEC/GM nº 277 (Brasil, 1996) recomendou a promoção de acessibilidade no edital dos exames vestibulares, com a finalidade de que fossem propiciadas as condições necessárias para a realização da prova do candidato surdo. Além disso, na correção deveria ter acompanhamento de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. Desta forma, no momento da correção das redações e das provas discursivas haveria a valorização do aspecto semântico em detrimento da forma.

Assegurando-se a entrada de jovens com deficiência no Ensino Superior, a criação e a reestruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior mostraram-se necessárias. Por meio do Programa Viver sem Limites (Brasil, 2011a), ações institucionais foram implementadas para eliminar as barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais e garantir a participação plena nos cursos superiores. Também considerou a criação de cursos de Letras Libras, Pedagogia na perspectiva bilíngue e vagas para a contratação de professores, tradutores e intérpretes de Libras nessas instituições.

Considerando esse cenário, relacionado ao acesso e à permanência do surdo, no Ensino Superior, em 2020 identificou-se um novo cenário devido à recomendação do Ministério da Saúde por meio do Boletim Epidemiológico nº 15 (Brasil, 2020a), indicativo para estabelecer o isolamento social decorrente da Pandemia da doença COVID-19.

Com a necessidade do ensino de urgência não presencial, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar documentalmente as formas de acessibilidade oferecidas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) às pessoas surdas no contexto de ensino remoto, no ano de 2020. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: identificar as estratégias de acessibilidade oferecidas aos surdos (docentes, estudantes e servidores) durante o ensino remoto; além de investigar a presença de intérpretes em materiais e serviços no contexto do ensino remoto.

2. Surdos no Ensino Superior

Desde 2017, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) investe em acessibilidade para o público surdo no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na versão de 2018, teve a publicação da primeira versão da Cartilha do Participante – Redação no Enem e a plataforma Vídeoprova em Libras, na

qual o instituto disponibiliza os vídeos com os enunciados e as opções de respostas, permitindo que os surdos estudem no mesmo formato acessível em que elas são aplicadas. Houve também uma dilatação do tempo de aplicação da prova, com o acréscimo de 120 minutos. Em 2019, o ENEM disponibilizou mais recursos de acessibilidade para todos os participantes. Pequenos vídeos explicativos, em Língua Brasileira de Sinais (Libras), informaram sobre as etapas pelas redes sociais do Inep. No momento da inscrição, os surdos, pessoas com deficiência auditiva e surdocegos puderam indicar a necessidade do uso de aparelho auditivo ou de implante coclear durante a prova, e para 2020, uma comissão de especialistas preparou outra versão da cartilha de redação para quem tem surdez (Brasil, 2019).

De acordo com o Censo da Educação Superior (Brasil, 2018) o número de surdos matriculados em cursos de graduação foi o seguinte: 5.978 alunos com deficiência auditiva, 2.235 com surdez e 132 com surdocegueira. Com a admissão desse alunado nas instituições de ensino superior, mostra-se necessária a implementação de ações com a finalidade de eliminação das barreiras de participação, além de estratégias para o acompanhamento pedagógico e acesso ao currículo. Vale ressaltar que a Portaria nº 3.284 (Brasil, 2003) designou que as condições de acessibilidade oferecidas nos cursos superiores fossem tomadas como requisitos para os processos de autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições.

Por meio dessa indicação, a portaria recomenda para os surdos a presença do tradutor e intérprete de Libras, sobretudo na realização e revisão das avaliações. Estas devem ser corrigidas com flexibilidade e com valorização do conteúdo semântico depreendido pelo estudante. Além disso, o professor deve buscar estratégias e investir na compreensão do repertório linguístico específico do curso pelo aluno surdo. Com isso, deve também estimular o aprendizado da língua portuguesa, na modalidade escrita, além de proporcionar formação aos professores (Brasil, *op.cit.*).

Para a comunidade surda, a oferta de cursos de graduação em Letras Libras e Pedagogia bilíngue promovem a valorização e manutenção da identidade surda, com reconhecimento da especificidade linguística e enriquecimento cultural. Por essa razão, muitos estudantes surdos tendem a buscá-los numa maior frequência se comparados a outros cursos de graduação, uma vez que ainda podem apresentar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas e atitudinais.

Mesmo com tantos investimentos e ações, alguns autores apontam a necessidade de reflexão sobre as condições de permanência deste alunado nos cursos superiores (Bisol *et al.*, 2010; Borges, 2020; Martins; Napolitano, 2017). Em suas pesquisas, os autores identificaram que mesmo com todo o investimento, as condições de acessibilidade ainda não são suficientes, fazendo-se necessário que as instituições de ensino superior invistam em políticas afirmativas, que assegurem a qualidade da permanência desse alunado no ensino superior e a conclusão de seus estudos.

Algumas instituições oferecem atendimento psicopedagógico especializado, formações para prevenir atitudes de discriminação, modificações de estratégias e adequações para acesso ao currículo com a disponibilização de tradutor e intérprete. Entretanto, ainda lacunas são existentes, como o número reduzido de profissionais intérpretes cuja contratação enfrenta barreiras de ordem burocrática e administrativa. Uma segunda lacuna é o desconhecimento

ou não reconhecimento da singularidade linguística dos surdos, o que resulta em avaliações e práticas pouco assertivas. Neste contexto, os surdos buscam sobreviver em meio aos ouvintes.

3. A chegada da COVID-19 no Brasil e o ensino remoto

A doença COVID-19 acometeu o mundo todo num curto espaço de tempo. A onda de infectados foi se espalhando e os países começaram a tomar medidas de urgência para conter o avanço da Pandemia. De acordo com Carneiro *et al.* (2020), o SARS-CoV-2 provoca a doença COVID-19 e apresenta alta transmissibilidade, mesmo por pessoas assintomáticas. Esta característica tornou inviável a presença dos alunos, professores e funcionários nas instituições de ensino e de acordo com as recomendações das Portarias nº 343 (Brasil, 2020b), nº 345 (Brasil, 2020c), nº 395 (Brasil, 2020d), as atividades acadêmicas foram suspensas.

Schuchmann *et al.* (2020) relatam sobre a necessidade de tal medida, uma vez que o país decretou estado de calamidade pública pela transmissão comunitária do vírus no território nacional. Esta interrupção das aulas presenciais revelou uma realidade desafiadora, uma vez que havia possíveis dificuldades de acesso a recursos tecnológicos por parte dos discentes e a falta de equipamentos e experiência com plataformas virtuais de aprendizagem para docentes. Isto, por sua vez, tem exigido uma série de mudanças e adequações, incorporadas na rotina de professores e alunos, ora com estranhamento, ora com mais facilidade.

O distanciamento social obrigatório trouxe esta nova forma de educação, o ensino não presencial ou remoto. Joye, Moreira e Rocha (2020) consideram esta realidade temporária decorrente de uma situação emergencial da Pandemia e prevista em lei. Neste modelo de ensino são empregados recursos e tecnologias educacionais utilizadas por professores e alunos no âmbito domiciliar. As atividades acontecem de forma síncrona, por meio de videoconferências e de forma assíncrona, quando as atividades são enviadas para os alunos, para serem realizadas a *posteriori*.

A interação entre professores e alunos foi afastada por uma tela, com a responsabilidade dos professores em transmitir os conteúdos e interagirem com os alunos. Estes, por sua vez, assumiram uma postura mais passiva de recepção dos conteúdos, mantendo telas fechadas e assumindo uma postura de ouvinte. Segundo as pesquisadoras, no ensino remoto os professores realizam o planejamento pedagógico de forma solitária. Difícilmente há troca entre os outros docentes, além de haver uma grande tensão em relação a carga horária de preparo das atividades, telas e desgaste de imagem e voz.

Com relação aos conteúdos acadêmicos, ocorre uma transposição do ensino presencial para o ambiente domiciliar com aulas expositivas em formato de videoaulas ou aulas ao vivo (*lives*), uso de material impresso, uso de televisão educativa, rádio, *sítes* ou ambientes virtuais de aprendizagem.

Desde a determinação da retomada das aulas no formato remoto, as instituições de ensino superior se mobilizaram com orientações para a comunidade acadêmica e, assim, procuraram propiciar as condições necessárias para a implementação dessa nova organização do ensino.

A Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, além das resoluções norteadoras sobre o ensino remoto, elaborou um guia para auxiliar

os professores a organizarem suas práticas pedagógicas, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. A intenção foi de auxiliar os professores com as questões relacionadas às barreiras de acessibilidade virtuais, a fim de garantir o engajamento e a permanência dos estudantes com deficiência. Com relação ao estudante surdo, o guia orienta sobre a nitidez da imagem nos vídeos para garantir a visibilidade do estudante, e o acesso à tradução e interpretação por meio da janela de Libras em tamanho médio ou grande, metade da tela. Outro cuidado em vídeos é o uso de legenda, preferencialmente em letras grandes e com contraste entre letra e fundo.

No que se refere ao uso das plataformas virtuais, o guia traz recomendações tanto para os alunos surdos usuários de Libras, quanto para aqueles que não fazem uso dessa língua. Para assegurar a presença do intérprete em *webconferências*, os professores devem solicitar esse apoio ao Núcleo de Apoio à Inclusão por meio do formulário eletrônico. O guia também indica a orientação aos professores sobre a disponibilização prévia do sumário da aula para os alunos terem um roteiro durante a apresentação síncrona e direciona sobre o planejamento das avaliações, recomendando que as atividades de apresentação oral com alunos surdos tenham a presença do tradutor e intérprete de Libras, previamente agendado. Quanto às atividades escritas direciona quanto a avaliação de forma a se respeitar a especificidade linguística do aluno surdo. (Universidade Federal de Minas Gerais, 2020).

Outra universidade que também produziu diretrizes para promover acessibilidade para alunos com deficiência durante o ensino não presencial foi a Universidade Federal de Juiz de Fora (2020). Foram direcionadas orientações para os docentes refletirem sobre como os recursos tecnológicos podem ser mais acessíveis para cada estudante. As principais recomendações foram sobre a questão da tradução e interpretação no conteúdo de videoaulas. Para os professores que não pudessem incluir o serviço com a janela de Libras, a recomendação foi a inserção de legenda em língua portuguesa ou o uso de aplicativos de tradução digital gratuitos.

Assim como as escolas de ensino superior, pesquisas também discutem a necessidade de ajustes diferenciados e mais específicos para alunos surdos, na oferta de ensino não presencial. Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) realizaram um estudo com alunos surdos da Educação de Jovens e Adultos sobre o desafio encontrado no início da Pandemia.

Os autores identificaram dificuldades em relação ao reconhecimento das diferenças linguísticas, decorrentes da aquisição da segunda língua na modalidade escrita pelos alunos surdos de forma fragmentada. Além disso, a interação social, fator importante para uso da língua materna, deixou de existir, uma vez que, muitas vezes, em sua própria casa, é mais difícil encontrar parentes usuários plenos em Libras. Dessa forma, este estudo concluiu que apesar do ensino remoto ser essencial para o momento, há a necessidade de se criarem mecanismos complementares ou paralelos para atender as necessidades específicas com serviços de comunicação acessíveis ao público surdo.

O contexto de pandemia e das especificidades para oferta de acessibilidade comunicacional e pedagógica para os estudantes surdos, implica que as instituições de ensino superior busquem possibilidades e meios para subsidiar a comunidade acadêmica no desenvolvimento do ensino remoto. Tal condição não se mostra como uma tarefa simples, uma vez que envolve um

público heterogêneo com condições diferenciadas de acesso às tecnologias digitais, somadas às questões psicológicas provocadas pelo distanciamento.

4. A Universidade Federal de São Carlos em 2020

Considerando-se que no início de março de 2020, as aulas estavam programadas para iniciar e o ensino não presencial foi uma urgência, as barreiras vivenciadas pelos surdos podem ter sido intensificadas ou assumidas com novas nuances. Desta forma, faz-se necessário compreender de que forma a universidade tem se mobilizado para assistir aos surdos no contexto do ensino remoto e quais recursos de acessibilidade têm sido empregados. Com base nesta observação, foi realizada uma investigação das ações sobre promoção de acessibilidade implementadas pela UFSCar, no ano de 2020, durante o ensino não presencial em seus cursos de graduação e pós-graduação para as pessoas surdas que fazem parte da comunidade acadêmica.

Essa universidade foi escolhida por atender a públicos de diferentes especificidades, além de dispor em sua comunidade acadêmica, servidores e docentes em diferentes condições. A UFSCar possui licenciatura em Educação Especial, bacharelado em tradução e interpretação em língua de sinais e língua portuguesa, o único Programa Pós-Graduação em Educação Especial do país e vasta produção científica nesse campo do conhecimento. Além disso, desenvolveu em uma Política de Ações Afirmativas Diversidade e Equidade (UFSCar, 2016) resultado de um processo participativo, junto à comunidade universitária, na qual buscou promover reflexões que garantissem a inclusão.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, realizada com base em um estudo de caso da UFSCar. Os dados são apresentados e discutidos de modo a caracterizar as ações organizadas pela universidade, no tocante à acessibilidade para o surdo. Um estudo de caso compreende a realidade como algo multidimensional, historicamente situada e singular. O pesquisador não tem como meta provar a representatividade empírica na população, mas relatar as experiências para o leitor fazer suas generalizações e indagar-se sobre a possibilidade de aplicar o caso em outra situação específica (Lüdke; André, 1986).

Como método de coleta de dados utilizou-se a análise documental, na qual verificou-se informações públicas disponíveis em *sites*, *lives* e outros. Por meio de site governamental para solicitação de acesso às informações públicas foram solicitados dados quantitativos da população surda na UFSCar não disponíveis nos *sites* oficiais. De acordo com a Lei nº. 12.527 (Brasil, 2011b), que determina aos órgãos públicos assegurarem a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso e divulgação, as informações foram solicitadas e obtidas por acesso via resposta de e-mail. A escolha dos *sites* se baseou nos critérios de instâncias relevantes na estrutura organizacional da Universidade e que apresentam disposições importantes para a comunidade acadêmica, bem como os *sites* que têm relação com as questões de inclusão e acessibilidade na Universidade. O Quadro 1, a seguir, descreve os *sites* consultados.

Quadro 1 - Relação dos sites consultados, 2020

Link	Descrição
https://www2.ufscar.br/	Site oficial da UFSCar
https://www2.ufscar.br/acesso-a-informacao	Site de acesso a informações UFSCar
http://www.prograd.ufscar.br/	Site da Pró-Reitoria de Graduação
http://www.prograd.ufscar.br/ensino-remoto/ensino-remoto	Acesso direto às informações sobre ensino não presencial para docentes e discentes
https://www.proex.ufscar.br/	Site da Pró-Reitoria de Extensão
https://www.proex.ufscar.br/aciepes	Acesso às Atividades Curriculares de Integração
https://www.covid19.ufscar.br/	Site com as ações desenvolvidas na UFSCar sobre COVID-19
https://www.idea.ufscar.br/	Site do Grupo IDEA da UFSCar
http://www.tilsp.ufscar.br/	Site do curso de Tradução e Interpretação em Libras-UFSCar
http://www.saade.ufscar.br/	Site das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade-UFSCar
https://www.tcceesp.ufscar.br/	Portal de Trabalhos de Conclusão de Curso-Educação Especial
http://www.propq.ufscar.br/	Site da Pró-Reitoria de Pesquisa
https://www.acessibilidade.ufscar.br/	Portal Acessibilidade da UFSCar
https://www.covid19.ufscar.br/incentivo-a-acao	Edital de seleção de projetos para o Enfrentamento da COVID-19
http://www.prograd.ufscar.br/estudantes-de-graduacao/arquivos-bolsas/EditalB.TreinamentoAcessibilidade.pdf	Acesso ao Edital de Convocação para oferta de bolsas de treinamento aos estudantes de graduação, para exercício profissional
http://www.prograd.ufscar.br/conselho-de-graduacao-1/arquivos-conselho-de-graduacao/Anexo4.GTACCESSIBILIDADE.pdf	Acesso ao relatório Grupo de Trabalho Interdisciplinar sobre Acessibilidade (GTI Acessibilidade), para o período não presencial de atividades acadêmicas
https://www.youtube.com/channel/UCkqJ9vxooP01ffDLd2rKZuQ	Canal <i>Youtube</i> : Programa de Pós-Graduação em Educação Especial
https://www.youtube.com/channel/UC3FPqGdu7CfCM9kvIHH-mWQ	Canal <i>Youtube</i> : Audiovisual TILSP
https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br	Site governamental para solicitação a informações públicas

Fonte: Compilação das autoras.

Outro caminho de busca foi a verificação da presença ou ausência do tradutor e intérprete em *lives* divulgadas nos sites consultados e indicados no Quadro anterior. Com base nos dados coletados, organizou-se categorias de análise que revelaram sobre as ações de acessibilidade organizadas pela Universidade durante o período de ensino não presencial do ano de 2020, especificamente aquelas que contemplam a realidade do público surdo. Assim, categorizou-se: acessibilidade nos sites, atividades de ensino, pesquisa e extensão e ações do Grupo de Trabalho Interdisciplinar sobre a Acessibilidade.

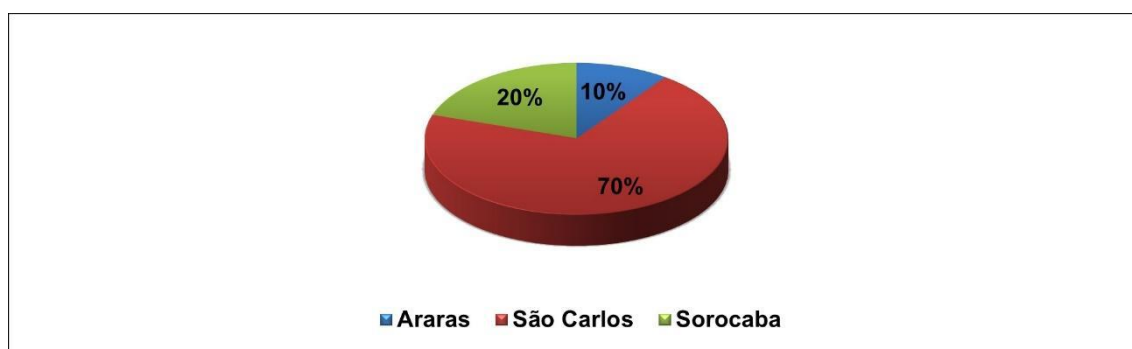
Em 2020, ano de acometimento da pandemia de COVID-19, a UFSCar celebrou cinquenta e um anos de existência, na qual vários marcos apontaram que no seu percurso histórico, a universidade esteve engajada na produção

científica e acadêmica no campo da Educação Especial e na promoção de ações voltadas para a inclusão e acessibilidade do público com deficiência.

De acordo com Lima *et al.* (2020), foi na década de 70 iniciada a criação da especialização para professores do ensino especial, cujos desdobramentos refletiram na criação do Programa de Pós-graduação em Educação Especial. Em 2008, a Universidade conquistou o Programa Nacional de Acessibilidade na Universidade (INCLUIR) e constituiu a Licenciatura em Educação Especial. Em 2015, foi implementada a Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) que construiu a Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar. Nas suas diretrizes está a promoção de ações com a finalidade de garantir a inclusão para estudantes e servidores na Universidade (Lima *et al.*, *op. cit.*). No ano de 2013, destacou-se ainda a criação do Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais, contribuindo para a formação de profissionais, indispensáveis para a superação das dificuldades comunicacionais dos surdos.

A UFSCar possui 20 estudantes com deficiência auditiva na graduação. No Gráfico 1, pode-se verificar a distribuição dos alunos entre três *campi*: dois em Araras, 14 estudantes em São Carlos e quatro em Sorocaba.

Gráfico 1 – Distribuição percentual de estudantes com deficiência auditiva nos cursos de graduação entre os campi de Araras, São Carlos e Sorocaba (2020)



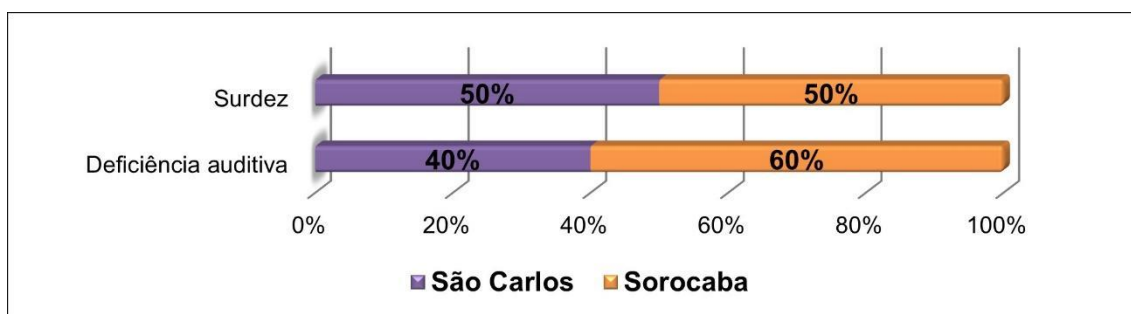
Fonte: Acesso à informação do Governo Federal, GOV BR (<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>).

Observa-se que o *campus* de São Carlos, concentra a maior parte dos estudantes de graduação com deficiência auditiva. Vale ressaltar que as especificidades de acessibilidade são distintas entre quem apresenta perda auditiva e se comunica por linguagem oral e os surdos que apresentam a linguagem visuoespacial. Além disso, no ensino não presencial, para quem tem deficiência auditiva, os recursos auditivos podem ser suficientes.

Já para os surdos, a plena participação nas atividades, dependerá em grande parte da acessibilidade encontrada nos materiais, ambientes digitais, eventos científicos e culturais, sobretudo, no isolamento social. Os alunos surdos frequentam a pós-graduação, tanto no *campus* de São Carlos, quanto no de Sorocaba, conforme pode-se identificar no Gráfico 2.

Nos cursos de pós-graduação, encontram-se apenas dois estudantes surdos. Entretanto, independentemente da quantidade, garantir a acessibilidade comunicacional é direito e uma necessidade primordial para o adequado desenvolvimento profissional, sendo este fator uma grande preocupação dos professores no planejamento das aulas não presenciais.

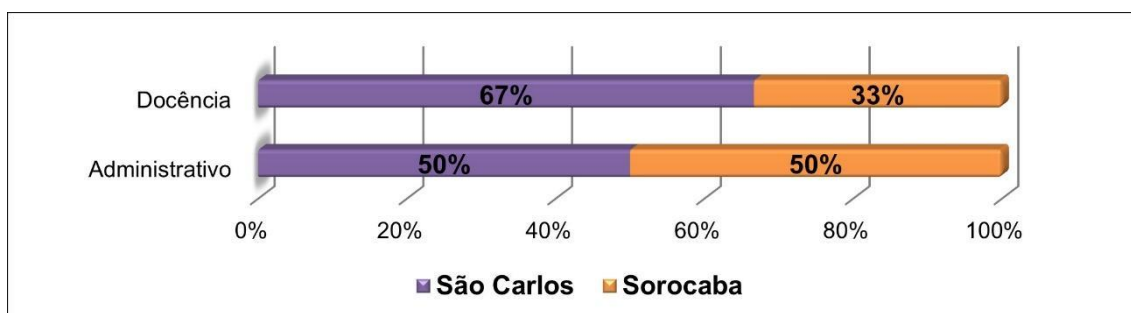
Gráfico 2 – Distribuição percentual de estudantes com deficiência auditiva e surdos nos cursos de pós-graduação nos campi de São Carlos e Sorocaba (2020)



Fonte: Acesso à informação do Governo Federal, GOV BR (<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>).

A Universidade Federal de São Carlos apresenta em seu quadro de servidores, oito surdos. No *campus* de São Carlos são quatro docentes e um administrativo, em Sorocaba são dois docentes e um secretário executivo. No Gráfico 3 encontram-se as distribuições percentuais nos dois *campi*.

Gráfico 3 – Distribuição percentual de servidores surdos, de acordo com a função desenvolvida (2020)



Fonte: Acesso à informação do Governo Federal, GOV BR (<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>).

Vale a pena ressaltar que no período de distanciamento social, as atividades dos servidores foram desenvolvidas normalmente, por meio remoto, bem como treinamentos e comunicação interna da universidade.

4.1 Acessibilidade digital na UFSCar

A acessibilidade digital é preconizada no artigo 63 da Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015.

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (Brasil, 2015).

Entretanto, não é o que se observa na prática, quando as pessoas com deficiência encontram dificuldades para acessar os conteúdos disponíveis nos *sites* e plataformas digitais. Uma pesquisa realizada pela *BigDataCorp* e pelo Movimento *Web* avaliou 14 milhões de *sites* brasileiros e verificou que a maioria apresentava alguma falha no que se referia à acessibilidade: 52,38% apresentaram problemas de formulários; 83,56%, falhas nos links, 83,25% não atenderam aos critérios para acessibilidade em imagens, 99,66% dos *sites* governamentais não atenderam aos critérios verificados na pesquisa e menos de 1% deles era acessível (*BigDataCorp*, 2019).

No contexto de ensino não presencial, em que a maioria das atividades é sustentada por meio de plataformas digitais, a acessibilidade dos *sites* e plataformas digitais é de suma importância para que as pessoas com deficiência participem efetivamente das atividades não presenciais, acadêmicas e laborais, desenvolvidas na universidade. Vale ressaltar que a deficiência em si não deve ser apontada como impedimento a essa participação, pois o impedimento pode estar justamente na inadequação das plataformas digitais às especificidades do público com deficiência.

De acordo com Grilo, Oliveira e Ferreira (2020) a acessibilidade não pode ser tratada como uma demanda pontual, mas ser pensada, desde o início, no projeto de desenvolvimento dos *sites* e sistemas, atentando-se às diretrizes sobre a acessibilidade de conteúdo na web e considerando a validação das pessoas com deficiência. Isso não é tarefa simples e requer exercício, reflexão, colaboração e revisão. Requer ainda ações afirmativas sobre essa tecnologia que se traduzam em políticas de desenvolvimento tecnológico inclusivo.⁴

Para favorecer a inclusão digital do público-alvo surdo, muitos *sites* têm investido no uso de avatares, *softwares* que realizam tradução em tempo real de textos do Português para a Libras. Com este recurso, o usuário seleciona trechos de informações escritas que deseja traduzir no site e o avatar apresenta a sinalização do trecho selecionado (Moraes *et al.*, 2018).

No âmbito da UFSCar, verificou-se a presença do avatar da plataforma *VLibras* em alguns *sites* da instituição. Este recurso aparece no *site* geral da universidade, no *site* do grupo de Pesquisa Identidades, Deficiências, Educação & Acessibilidade, no portal de TCCs do curso de Licenciatura em Educação Especial e no Portal Acessibilidade. Vale ressaltar que esses três últimos *sites* foram planejados de forma colaborativa entre o Grupo de trabalho Interdisciplinar sobre Acessibilidade e o Departamento de *Websites* para serem ambientes virtuais acessíveis. Nos demais sítios, bastante acessados pela comunidade acadêmica, tais como os da Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, o recurso do avatar em Libras não aparece, tampouco vídeos com intérprete de Libras. Na Figura 1 mostra-se a imagem do avatar utilizado em alguns domínios da UFSCar.

⁴ Live “Acessibilidade Digital e Design Inclusivo: desafios tecnológicos e metodológicos no contexto da educação” proferida em 23/11/2020, no III Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica.

Figura 1 – Avatar VLibras

Fonte: VLibras – GOB BR (<https://www.vlibras.gov.br/>).

Pesquisas que avaliaram a usabilidade do avatar do ponto de vista dos usuários surdos mostram que esse recurso não deve ser assumido como solução para inclusão e acessibilidade de informações para os surdos, por apresentar vários limites. A sinalização produzida pelo avatar subordina a língua de sinais à estrutura da língua portuguesa, produzindo um português sinalizado. Recursos linguísticos como as expressões faciais e os classificadores indispensáveis para a compreensão dos enunciados em língua de sinais, não aparecem no avatar. No lugar disso é utilizada a soletração da palavra que muitas vezes é descontextualizada e com gasto de tempo maior.

Para os surdos, o avatar não substitui o intérprete de Libras, que no processo de tradução, consegue lançar mão do improviso, da criatividade, de adaptações exigidas em diferentes contextos dos enunciados. De acordo com esses dados percebe-se que, embora a automatização da acessibilidade ou o uso generalizado desses recursos seja uma tendência, é preciso refletir até que ponto eles, de fato, contribuem para a autonomia dos usuários (Rocha, 2018; Moraes *et al.*, 2018). Outra lacuna é que o avatar geralmente está presente somente nas páginas principais, porém, quando há desdobramentos para outras páginas o avatar não está presente, permanecendo somente a escrita.

Vale ressaltar que a presença do avatar era um recurso que existia anteriormente ao contexto de ensino não presencial. Uma inovação específica desse contexto foi a criação de um *site* específico para orientações à comunidade acadêmica durante o ensino não presencial⁵ realizado pela Pró-Reitoria de Graduação. Neste *site* constam informações para os discentes sobre a organização dos estudos com o apoio das tecnologias de informação e comunicação. Para os docentes, também há indicação de cursos, tutoriais e *lives* e outros subsídios para a prática docente não presencial. Essas orientações são apresentadas somente por meio do português, segunda língua para maioria dos surdos, e, por essa razão nem sempre de fácil compreensão. Esses conteúdos, se veiculados em Libras, seriam mais acessíveis e compreensíveis.

4.2 Acessibilidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão

As atividades acadêmicas se desenvolvem por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, o que foi ressignificado por ocasião do ensino não presencial. Ferramentas de comunicação e plataformas digitais, tais como

⁵ PROGRAD UFSCar (<http://www.prograd.ufscar.br/ensino-remoto/ensino-remoto>).

Youtube, Google Meet e Zoom tornaram-se de uso recorrente nas atividades de ensino, nas videoconferências e reuniões, revelando vantagens e desvantagens no quesito acessibilidade. Também houve o aumento de eventos acadêmico-científicos e *lives* transmitidos exclusivamente pelo canal do *Youtube* o que nem sempre contou com a acessibilidade em Libras. Vale ressaltar que, se antes da pandemia, o número reduzido de intérpretes, na universidade, já restringia à participação dos surdos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, exigindo uma seleção de atividades que esse público poderia participar conforme a disponibilidade do intérprete, com a pandemia isso parece ter sido agravado. Aquilo que é produzido em termos de informação e conhecimento e lançado no continente digital pode dar a impressão de universalidade no acesso, mas é preciso considerar que, para determinados públicos, a acessibilidade exige a organização prévia de recursos específicos.

É de suma importância identificar as especificidades do alunado e dos profissionais que atuam na universidade, para, a partir desse conhecimento, buscar atender as suas necessidades. A não identificação e localização desse público podem gerar ou reforçar sua invisibilidade no âmbito das políticas afirmativas da instituição. No caso da UFSCar, existem, na graduação, estudantes com deficiência auditiva. Já no nível da pós-graduação são dois estudantes com surdez e cinco com deficiência auditiva, nos campos de São Carlos e Sorocaba. Quanto aos servidores são oito ao todo, sendo seis deles lotados no magistério superior e dois em funções administrativas, também envolvendo os *campi* de São Carlos e Sorocaba. É necessário refletir o quanto são acessíveis a esse público as informações cotidianas sobre as diferentes atividades e possibilidades para participação na vida acadêmica.

Com base na investigação das informações referentes às atividades de extensão disponíveis nos *sites* da universidade, observou-se a propositura da Atividade Curricular de Integração Ensino Pesquisa e Extensão (ACIEPEs)⁶ e projetos que consideraram o contexto da COVID-19. No que se refere às ACIEPEs, constatou-se que, no ano de 2020, em contexto de Pandemia, foram propostas 69 atividades. Destas, 15 indicavam em seu título relação com a temática da COVID-19. Esse número diminuiu, quando se busca a relação entre a Educação Especial e a doença COVID-19. Ao todo foram três ACIEPEs, sendo uma delas relacionada à surdez. Com relação aos projetos de extensão, têm-se nove projetos em andamento articulados as temáticas da surdez e COVID-19⁷.

Proposituras sobre a COVID-19 podem ser um resultado da abertura, no início de 2020, de um edital para a seleção de projetos de extensão, de ACIEPEs, projetos de pesquisa e inovação com o propósito de mobilizar a comunidade universitária e preparar a sociedade para o enfrentamento da COVID-19. Esse edital não previa a concessão de recursos financeiros e sim o incentivo e apoio institucional aos projetos. Os projetos aprovados seriam publicizados em uma nova plataforma institucional denominada “Plataforma institucional de projetos de enfrentamento à COVID-19”. Ações como essa reforçam a produção e disseminação do conhecimento científico na

⁶ As Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs) são atividades curriculares complementares inseridas nos currículos de graduação, nas quais os estudantes podem se matricular. Essas atividades têm duração semestral de 60 horas, valendo 4 créditos acadêmicos. Fonte: <http://www.prograd.ufscar.br/docentes>

⁷ Informação obtida no Portal da transparência/Proex 2020.

universidade, mas ao esbarrar na falta de acessibilidade não incidem na promoção de relações sociais menos desiguais e mais inclusivas.

Conforme pesquisa realizada em *sites* da universidade, pode-se entrever que grande parte dos eventos científico-acadêmicos, bem como os de extensão, realizados no formato on-line, não apresentou acessibilidade em Libras. Foi verificada a presença de intérpretes em três eventos divulgados no site da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em 15 *lives* disponíveis no canal do *Youtube* do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial e em 25 *lives* disponíveis no canal do curso de bacharelado em tradução e interpretação em Libras\Língua Portuguesa.

Para que a acessibilidade em Libras se efetivasse seria necessário não somente a mobilização e o envolvimento de mais cursos de graduação e programas de pós-graduação, na universidade, empenhados em tornar suas ações acessíveis também para o público surdo. Isso geraria uma demanda que, provavelmente, não seria atendida devido ao número insuficiente de tradutores e intérpretes de Libras. Mais do que isso, é necessário investir na contratação de intérpretes para suprir as demandas de tradução e interpretação necessárias à participação do surdo, sejam eles estudantes, docentes ou demais servidores. Caso contrário, eles ficarão à margem de processos importantes para sua vida/atividade acadêmica ou profissional. Há uma variedade de atividades de interesse dos professores que não são acessíveis aos sete docentes surdos que trabalham na universidade.

Trata-se de *lives*, cursos, eventos científicos, e outras atividades relevantes para o desenvolvimento profissional desses docentes⁸. O exercício do magistério superior envolve outras atividades além daquelas relacionadas ao ensino, envolve pesquisa, extensão, participação em colegiados, atividades de gestão. Dessa forma, a ausência do intérprete de Libras acarreta muitas restrições à inclusão e participação do docente surdo na universidade, conforme observa Lana, Castro e Marques (2016). De acordo com as autoras, a inserção do professor surdo nas instituições de Ensino Superior já teve uma melhora significativa, no entanto, é necessário que ainda seja ampliada e melhorada por meio de maior oferta dos cursos em nível superior de Letras-Libras.

Com base na consulta de *sites* e domínios da universidade percebeu-se que as ações de acessibilidade para a pessoa surda são promovidas, em sua maioria, por departamentos e cursos que possuem uma ligação direta com o público surdo, ou que são vanguarda nos debates sobre educação, inclusão e acessibilidade, na universidade. Iniciativas de outras instâncias, tais como Centros, Pró-Reitorias ainda são pontuais, considerando a extensão da Universidade e a pluralidade de experiências que acontecem nela. Com base nisso, é possível entrever que a acessibilidade do surdo ainda é resultado da seleção daquilo que pode ou não ser atendido pela universidade considerando o quadro reduzido de profissionais da tradução e interpretação.

4.3 Grupo de trabalho Interdisciplinar sobre a Acessibilidade

No período no período da pandemia, momento em que as atividades acadêmicas passaram a acontecer de forma não presencial, a Pró-Reitoria de

⁸ Informação disponível no CIET:EnPED 2020 - Mesa de Debates: Acessibilidade virtual e inclusão.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f0y3Uggy9mA&feature=emb_imp_woyt.

Graduação instituiu o Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI) sobre Acessibilidade (UFSCar, 2020). Este grupo reúne as divisões pedagógicas da Pró-Reitoria de Graduação, além de instâncias como a Secretaria de Ações afirmativas, diversidade e equidade (SAADE), o Setor de Tradução e Interpretação da Língua de Sinais (SETILS), a Secretaria de Educação a Distância (SEaD), representantes dos diferentes Centros, e profissionais dos quatro *campi* da UFSCar. O objetivo do GTI envolve a identificação, organização, sistematização, planejamento, desenvolvimento, disponibilização, gerenciamento e avaliação de informações, materiais, demandas e serviços relacionados a questões de acessibilidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão (UFSCar, 2020).

Desde sua criação, o GTI previu um plano de ações a ser desenvolvido em colaboração com cada um desses atores. Uma das primeiras ações, iniciadas em julho de 2020 foi a aplicação de um questionário para estudantes com deficiência e outras necessidades, a fim de identificar as demandas desse público, no período de atividades não presenciais. Essa ação foi assumida pela Prograd e suas divisões pedagógicas em articulação com as coordenações dos cursos de graduação. Esse questionário foi respondido por estudantes indígenas, estrangeiros e estudantes com deficiência, revelando algumas demandas que foram publicizadas no Portal Acessibilidade⁹.

Com relação ao público surdo, não foi informada a quantidade de respondentes, entretanto, duas pessoas responderam que não conseguem compreender o conteúdo de vídeos quando não é disponibilizada a janela de Libras e cinco informaram que precisam da legenda nos vídeos em português. Entretanto há um número bem maior de estudantes com deficiência auditiva na universidade que, provavelmente fazem uso de legenda, mas que não responderam a esse questionário.

Flores e Salazar (2020) identificaram que o ano da Pandemia se caracterizou por um cenário disruptivo, que exigiu novas formas de ensino e aprendizagem das instituições de ensino superior e de seus professores e alunos, com momentos de incerteza, ações improvisadas, e característica excessivamente informativa. O alto número de atividades, *lives*, aulas síncronas e videoaulas foi presenciado por todos os estudantes no Ensino Superior e para o estudante surdo, se não há acesso ao conteúdo por meio de sua língua materna, as informações lhes são negadas e o aluno fica à mercê de ideias fragmentadas que não lhe proporcionam a aprendizagem.

A ausência da tradução e interpretação na educação não presencial torna-se um agravante para a compreensão dos conteúdos no Ensino Superior, principalmente porque o número de profissionais é restrito e não supre a alta demanda gerada durante a Pandemia.

Pessoas com deficiência auditiva que não têm o domínio da Libras podem fazer uso das legendas para ter acesso ao conteúdo dos vídeos. Os surdos, por sua vez, e mesmo deficientes auditivos que têm o conhecimento da língua de sinais buscarão como apoio os vídeos com janela de Libras. A prática de geração de legendas ainda é limitada em grande parte das Instituições de Ensino Superior do Governo Federal (IES). Boa parte dos vídeos produzidos nas

⁹ Esse questionário pode ser visualizado no seguinte endereço:
<http://www.prograd.ufscar.br/conselho-de-graduacao-1/arquivos-conselho-de-graduacao/Anexo4.GTACCESSIBILIDADE.pdf>.

instituições, quando têm legenda, trata-se da legenda gerada de forma automática pelo *YouTube*. É importante que instituições de ensino superior tenham um trabalho contínuo de preparação de materiais adaptados, como a geração de legendas e revisão de legendas geradas de forma automática. No que se refere à disponibilidade de vídeos com janela Libras, vale ressaltar que esses vídeos correspondem a uma parcela pequena do total de vídeos produzidos nas universidades. Algumas instituições priorizam a janela de Libras para os vídeos institucionais. Instituições que possuem cursos específicos como, por exemplo, o Letras - Libras têm quantidade maior de vídeos gravados em Libras (Freire; Paiva; Fortes, 2020).

Outra ação implementada na UFSCar para promover acessibilidade para as pessoas com deficiência, e que também tem sido adotada por várias instituições de ensino superior diz respeito à contratação de bolsistas. Segundo o estudo de Freire, Paiva e Fortes (*op. cit.*), 55 IES têm programas de monitorias, entre bolsistas e voluntários, com o apoio de estudantes de graduação e pós-graduação para dar suporte a estudantes com deficiência. Na UFSCar, isso foi proveniente por meio da abertura de edital¹⁰ com 21 vagas para alunos da graduação atuarem como bolsistas no projeto intitulado: Promoção da Acessibilidade em atividades e ensino remoto não presencial (ENPE). Essa ação foi implementada pela Secretaria de Ações afirmativas, diversidade e equidade e a Pró-Reitoria de Graduação.

Com base nessa iniciativa, estudantes de diferentes áreas do conhecimento tiveram a possibilidade de participar do processo seletivo e participar do projeto que iniciaria em agosto de 2020 com encerramento em janeiro de 2021. A atuação desses bolsistas passa pela supervisão de docentes e servidores técnico administrativos e a participação e colaboração no planejamento, elaboração e avaliação de materiais didáticos acessíveis, estratégias pedagógicas e apoio acadêmico a estudantes com deficiência (UFSCar, 2020). Os bolsistas puderam desenvolver parte dessas atividades de forma interdisciplinar e em colaboração com estudantes da Programa de Pós-graduação em Educação Especial, por meio da disciplina de Acessibilidade no Ensino Superior. Entre as atividades realizadas nesta disciplina, houve o desenvolvimento de vídeos acessíveis com os recursos da audiodescrição de imagens, janela de Libras, legenda; produção ou adequação de mídias acessíveis, conversão de materiais e textos em formatos acessíveis. Ao término destes contratos temporários, retornam-se as dificuldades quanto ao número suficiente de servidores para possibilitar o acesso de informações por meio da Língua materna ao estudante surdo.

Outro produto do GTI neste período de Pandemia foi o desenvolvimento de três portais acessíveis em parceria com o departamento de *websites* da universidade. Um deles é o Portal Acessibilidade no qual a comunidade acadêmica e a sociedade têm acesso à cursos, treinamentos, recursos pedagógicos e tecnológicos que podem subsidiar o trabalho de docentes e estudantes no período não presencial. O portal é alimentado continuamente por informações sobre a temática da Educação Especial e da acessibilidade desenvolvidos na universidade.

¹⁰ O edital de seleção de monitores está disponível em: <http://www.prograd.ufscar.br/estudantes-de-graduacao/arquivos-estudantes/arquivos-bolsas/EditalB.TreinamentoAcessibilidade.pdf>.

No período de pandemia, a UFSCar abriu edital para o curso de Licenciatura em educação especial - 2ª licenciatura voltada para professores que já atuam na área da Educação Especial. Trata-se de uma iniciativa voltada para a formação de professores com a construção de práticas inclusivas e de acessibilidade. De acordo com *Live* apresentada por Maior e Cabral (UFSCar, 2020b), as pessoas da universidade podem se tornar barreiras, por essa razão é importante se investir na formação de professores.

5. Considerações finais

O ano de 2020 foi marcado pelo cenário mundial de medidas preventivas para minimizar os efeitos de um vírus de alta transmissibilidade, o novo Coronavírus. Uma das providências foi a adoção do ensino não presencial em todas as modalidades de ensino com uso de recursos digitais. Partindo-se deste cenário, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar documentalmente as formas de acessibilidade oferecidas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) às pessoas surdas no contexto de ensino remoto, no ano de 2020. Esta universidade foi escolhida por ser característica em atender a públicos de diferentes especificidades, como estrangeiros, indígenas e estudantes com deficiência, além de dispor em sua comunidade acadêmica, servidores e docentes surdos.

Na análise dos dados, coletados em *sites* e documentos institucionais, três categorias foram criadas: “Acessibilidade nos *sites*”, “Atividades de ensino, pesquisa e extensão”, e “Grupo de trabalho Interdisciplinar sobre a acessibilidade”. Na primeira categoria, identificou-se que, em parte dos *sites*, há a presença de avatares, um recurso que deixa lacunas na tradução das informações, além de não acompanhar toda a navegação. Na segunda categoria, as atividades de ensino, pesquisa e extensão contaram com o suporte de mídias e plataformas digitais, mas com escassa acessibilidade em Libras. A última categoria, Grupo de trabalho Interdisciplinar sobre a Acessibilidade, revelou importantes frentes de trabalho e de programas emergenciais para a promoção da acessibilidade no âmbito da universidade.

As ações implementadas, no ano de 2020, na universidade apontam para uma intencionalidade de promoção da acessibilidade para o público surdo. Programas institucionais como, por exemplo, a contratação de bolsistas, vieram para suprir uma defasagem no quadro de profissionais da universidade.

Destaca-se assim que, embora se note uma movimentação das diversas frentes da Universidade para atender às demandas, os surdos permanecem sem a opção de escolha de que tipo de evento participar – quem escolhe o que será acessível é a Universidade. Compreende-se que o aumento de demandas surge de maneira emergencial, todavia revela a falta de profissionais tradutores e intérpretes de Libras e de acessibilidade na Universidade. Pretendeu-se, neste estudo, destacar os pontos positivos e esforços despendidos, mas também indicar lacunas que precisam ser revistas para ofertar igualdade de oportunidades aos surdos na Universidade.

Referências

BIGDATACORP. **Acessibilidade nos sites brasileiros.** [S.l.], dezembro de 2019. Disponível em: <https://bigdatacorp.com.br/infografico-acessibilidade-dos-sites-brasileiros/>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 139, pág. 147-172, abril de 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 mar. 2021.

BORGES, Rosângela Lopes. Libras e acessibilidade para surdos no ensino superior. **Revista Sinalizar**, v. 5, e60287, dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/60287/36027>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular nº 277**. Brasília, DF: MEC, maio de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, institui o regulamento de acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2018 - Notas estatísticas**. Brasília, DF: MEC -INEP, 2018. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Inep lança conteúdo em Libras referente ao Enem 2019**. Brasília, DF: MEC-INEP, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-lanca-conteudo-em-libras-referente-ao-enem-2019/21206. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial COE – COVID 19 de 8 de maio de 2020**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/09/2020-05-06-BEE15-Boletim-do-COE.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 39, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 345 de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: 54-D (1-extra) - p. 1. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-demarcode2020248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%2520C3%25A7o%2520de%25202020>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 395 de 15 de abril de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 54-D (1-extra) - p. 1. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-395-de-15-de-abril-de-2020-2527251>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade; RODRIGUES, Waldecy; FRANÇA, George; PRATA, David Nadler. Use of technologies in Brazilian public higher education in times of pandemic COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 8, e267985485, julho de 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.5485. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5485>. Acesso em: 06 mar. 2021.

FLORES, Nora Cascante; SALAZAR, Luisa Villanueva. Formación docente en didáctica universitaria en la pandemia: entre la reflexión pedagógica y la instrumentalización. **InterCambios**, Montevideo, v. 7, n. 2, p. 107-118, dic. 2020. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-01262020000200107&lang=pt. Acesso em: 06 mar. 2021.

FREIRE, André Pimenta; PAIVA, Débora Maria Barroso; FORTES, Renata Pontin de Mattos. Acessibilidade Digital Durante a Pandemia da COVID-19 - Uma Investigação sobre as Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Informática na Educação – RBIE**, v.28, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/lilop/Downloads/9312-12632-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

GRILO, André; OLIVEIRA, Ana Luiza de; FERREIRA, Hannah Políticas da Educação no Ensino Superior e o Design de Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Estudos em acessibilidade e ensino a distância na Turma Virtual do SIGAA. Rio de Janeiro: **TRIADES | Revista (online)**, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://triades.emnuvens.com.br/triades/article/view/295/144>. Acesso em: 06 mar. 2021.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia.; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, e521974299, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4299. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 06 mar. 2021.

LANA, Zilda Maria de Oliveira; CASTRO, Fernanda Grazielle Aparecida Soares de; MARQUES, Stela Maria Fernandes. Memória e identidade docente de uma professora surda do Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, 1(1), 69-82, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17812>. Acesso em: 06 mar. 2021.

LIMA, André Henrique; VERÁSTEGUI JUÁREZ, Miriam Viridiana; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Pessoas com Deficiência na Educação Superior: o caso UFSCar. In: Sá, Ana Claudia Maranhão. **Acessibilidade e Inclusão no ensino superior: Reflexões e ações em universidades brasileiras**. Ana Claudia Maranhão Sá, Vanessa Helena Santana Dalla Déa. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. *E-book*. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao_inclusao/livros/6/cap02.html. Acesso em: 06 mar. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior, **Educar em Revista**, Curitiba, n. spe.3, p. 107-126, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe.3/0104-4060-er-03-107.pdf> Acesso em: 06 mar. 2021.

MORAES, Laíse Miolo; VIEIRA, Francine Medeiros; GONÇALVES, Berenice Santos; BRAVIANO, Gilson; MERINO, Gisele Schmidt Alves Diaz. A Usabilidade de avatares de libras em sites: análise da interação de usuários surdos por meio do rastreador ocular *Eye Tracking*. **Design E Tecnologia**, 8(16), 41-51, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/det/index.php/det/article/view/495>. Acesso em: 06 mar. 2021.

ROCHA, Cleomar (Org). **Anais do V Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas**. Goiânia: Media Lab / UFG, 2018. Disponível em: <https://siimi.medialab.ufg.br/n/99310-siimi-2018>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SCHUCHMANN, Alexandra Zanella, SCHNORRENBARGER, Bruna Luiza, CHIQUETTI, Maria Eduarda, GAIKI, Raiane Suzana, RAIMANN, Bruno Wensing e MAEYAMA, Marcos Aurélio. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, 3 (2), 3556–3576, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI, Renilson José; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. Ensino Remoto para Alunos Surdos em Tempo de Pandemia. **Práxis Educativa**, 15 (e2015476), 2020. Disponível em:

<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15476>. Acesso em: 06 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Orientações para acessibilidade de estudantes com deficiência no Ensino Remoto Emergencial (ERE)**. NAI - Núcleo de Apoio à Inclusão. Orgs.: Katiúscia C. Vargas Antunes, Mylene Cristina Santiago, Isadora Matos Moreira, Ana Berenice Resende Melo. 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nai/2020/09/08/guia-de-orientacoes-para-acessibilidade-de-estudantes-com-deficiencia-no-ensino-remoto-emergencial-ere/> Acesso em: 06 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Recomendações para promoção da acessibilidade no Ensino Remoto emergencial**. Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino da PROGRAD/UFMG/Centro de Apoio ao Ensino a Distância – CAED. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/integracaodocente/wp-content/uploads/2020/07/recomendacoes-acessibilidade-ver2807f1.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2016. Disponível em: http://blog.saade.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/11/Politica_acoes_afirmativas_diversidade_equidade_da_ufscar.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Grupo de Trabalho Interdisciplinar pela Acessibilidade da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos: UFSCar, 2020a. Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/apresentacao>. Acesso em: 06 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – GP- IDEA. **Live: Avaliação biopsicossocial da deficiência por meio do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) com Izabel Maior, Leonardo Cabral, 2020b**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A1eNcjB-Lag>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Contribuição dos autores

Autor 1: Participação ativa na concepção, coleta e análise dos dados.

Autor 2: Participação ativa na concepção, coleta e análise dos dados.

Autor 3: Contribuição na análise, interpretação dos resultados e revisão final do manuscrito.

Enviado em: 16/abril/2021 | Aprovado em: 07/dezembro/2021